

DADOS DA DISCIPLINA	
Nome da Disciplina: DIREITO AMBIENTAL	
Curso: DIREITO	7º. Período
Carga horária semanal 4 hs/a	Carga horária semestral 72 hs/a
Docente Responsável:	
EMENTA	

Política Nacional do meio ambiente. Bens Ambientais. Meio ambiente e empresa: Licenciamento ambiental e estudo prévio de impacto ambiental. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Política Nacional de educação ambiental. Política nacional de recursos hídricos. Poluição. Zoneamento ambiental.

OBJETIVOS GERAIS

Propiciar ao discente conhecimento sobre a importância da existência da tutela legal do meio ambiente; analisar a legislação ambiental apontando suas deficiências e indicando possíveis aperfeiçoamentos. Apresentar e valorizar o direito ambiental como matéria disciplinadora de crescente inter-relação homem-natureza. Desenvolver a responsabilidade sócio-ambiental. Informar sobre as formas de contribuição e participação da sociedade e das empresas para um pleno exercício e proteção da política nacional de meio ambiente. Estabelecer uma visão geral dos novos temas diretamente relacionados à legislação ambiental como Créditos de carbono, MDL, Aquífero Guarani, Poluição por agrotóxicos, Reflorestamento, Responsabilidade Sócio-ambiental da Empresa. Preparar o discente para atuar na área administrativa, civil e penal ambiental.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Identificar a importância da proteção e preservação do meio ambiente e quais são os danos ambientais ao solo, à água, ao ar, à flora e fauna. Identificar a norma protetora do bem ambiental e executar os mecanismos legais de proteção e defesa do meio ambiente

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Política Nacional do meio ambiente: classificação do meio ambiente. Princípios. Responsabilidade pelos danos causados ao meio ambiente. Bens Ambientais: Classificação quanto a titularidade. Bens ambientais. Competência em matéria ambiental: Critérios de repartição de competências. O município e a tutela da qualidade de vida. Licenciamento ambiental e estudo prévio de impacto ambiental: Procedimento administrativo. Estudo prévio de impacto ambiental. Competência. Audiência pública. Zoneamento ambiental e espaços especialmente protegidos: Princípio do desenvolvimento sustentável. Espaços ambientais. Zoneamento ambiental. Política Nacional de Resíduos Sólidos: Definições. Princípios. Objetivos. Instrumentos. Diretrizes aplicáveis aos resíduos sólidos. Planos de resíduos sólidos e a obrigação dos municípios. Responsabilidade dos geradores e do poder público. Responsabilidade compartilhada. Resíduos perigosos. Instrumentos econômicos. Proibições. Política Nacional de educação ambiental. Diretrizes nacionais do saneamento ambiental. Política Nacional de Recursos Hídricos. Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Poluição: recursos hídricos. Sonora. Visual. Atmosférica.

Agrotóxicos. - Direitos difusos e coletivos stricto sensu. Ação civil pública ambiental. Agências e órgãos reguladores ambientais.

ESTRATÉGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM (METODOLOGIAS DE SALA DE AULA)

Através de aulas expositivas dialógicas pretende-se estimular a participação efetiva do aluno no processo ensino-aprendizagem. Para tanto serão usados quadros sinóticos bem como excertos legais e doutrinários como ilustração dos conceitos fundamentais atinentes à matéria. Questionários e trabalhos orientados complementarão a sedimentação do referencial teórico, pois levará a problematização dos assuntos expostos permitindo o exercício do raciocínio. Através dos métodos hipotético-dedutivo e dialético será construída a base epistemológica da disciplina.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A avaliação será desenvolvida sob três modalidades: avaliação diagnóstica, avaliação formativa e avaliação somativa. Nos primeiros encontros, as aulas buscarão estabelecer as relações do conteúdo trabalhado com conhecimentos preliminares, revisando-se brevemente temas e abordagens desenvolvidos em etapas anteriores do Curso. Nesse momento, o docente será capaz de identificar deficiências de formação teórica e técnica do aluno, cabendo-lhe empregar as ferramentas adequadas para corrigi-la. A aprovação do aluno será condicionada à obtenção das médias estabelecidas pelo regimento do Curso, a partir de avaliações que aferirão o domínio dos conteúdos ministrados e o adequado emprego da linguagem técnico-jurídica. Além das provas, compostas de questões de múltipla escolha e questões discursivas, serão apresentados estudos de casos e análise de jurisprudência.

SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO PARA A RECUPERAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Diante de resultados insatisfatórios nos trabalhos e avaliações parciais, serão desenvolvidas atividades complementares de nivelamento, visando reforçar os conteúdos e viabilizar condições reais de recuperação do aluno. Propõem-se, para tanto, questionários adicionais, seminários e estudos dirigidos envolvendo os pontos teóricos problemáticos.

BIBLIOGRAFIA – BÁSICA

FIORILLO, C.A.P. *Curso de direito ambiental brasileiro*. 14^o ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MILARÉ, E. *Direito do ambiente*. 8^a ed. São Paulo: RT, 2013

MACHADO, P. A. L. *Direito Ambiental Brasileiro*. 20 ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

BIBLIOGRAFIA - COMPLEMENTAR

DIAS, R. *Gestão ambiental – responsabilidade social e sustentabilidade*. São Paulo: Atlas, 2011.

FIORILLO, C. A. P. *Princípios do processo ambiental*. São Paulo: Saraiva, 2012

MARCÃO, Renato. *Crimes ambientais*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SIRVINSKAS, L. P. *Manual de Direito Ambiental*. 11^a ed. São Paulo: Saraiva, 2013.